

ANEXO

2025

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	Adviser Platform Lda
Morada	Avenida Mendes da Silva 15
Código postal	3030-193
Localidade	Coimbra

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	502059176
Classificação de actividade económica (CAE)	66220
Conservatória	
Capital social	50000

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado


89565

ÍNDICE DO ANEXO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	3
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	3
4 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4
5 - ATIVOS INTANGÍVEIS	6
6 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	7
7 - INVENTÁRIOS.....	8
8 - RENDIMENTOS E GASTOS	9
9 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	12
10 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS	12
11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	13
12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	13
13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	13
14 - AGRICULTURA	14
15 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	14
16 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS	14
17 - OUTRAS DIVULGAÇÕES	14
18 – DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS	15
19 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	15
20 - PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS	15

Adviser Platform Lda**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Valores expressos em euros)

1 - Identificação da entidade1.1 Designação da entidade: Adviser Platform Lda

A entidade não se encontra em liquidação.

1.2 Lugar da sede social: Coimbra1.3 Natureza da atividade: ACTIVIDADES DE MEDIADORES DE SEGUROS**2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

No exercício em análise as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-PE em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do ano anterior, e descritas nas respetivas notas anexas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2 - Para além das estimativas contabilísticas que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas, não foram utilizados juízos de valor na elaboração destas demonstrações financeiras.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

3.3 - Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

3.4 - Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

4 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RUBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2025 e 2024:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2025				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1/jan/25	Deprec.	Transf.	Revaloriz.	31/dez/25
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	-	-	-	-	-
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	-	-	-	-	-

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1/jan/24	Deprec.	Transf.	Revaloriz.	31/dez/24
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	-	-	-	-	-
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	-	-	-	-	-

5 - Ativos intangíveis

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2025 e 2024:

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2025				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1/jan/25	Amort.	Transf.	Revaloriz.	31/dez/25
Goodwill	-	0	0	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	0	0	-	-
Programas de computador	-	0	0	-	-
Propriedade industrial	-	0	0	-	-
Outros ativos intangíveis	-	0	0	-	-
Total do ativo bruto	-	-	-	-	-
Total de amortizações acumuladas	-	0	0	-	-
Total de perdas por imparidade	-	0	0	-	-
Total do ativo líquido	-	-	-	-	-

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1/jan/24	Amort.	Transf.	Revaloriz.	31/dez/24
Goodwill	-	0	0	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	0	0	-	-
Programas de computador	-	0	0	-	-
Propriedade industrial	-	0	0	-	-
Outros ativos intangíveis	-	0	0	-	-
Total do ativo bruto	-	-	-	-	-
Total de amortizações acumuladas	-	0	0	-	-
Total de perdas por imparidade	-	0	0	-	-
Total do ativo líquido	-	-	-	-	-

6 - Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica podem ser capitalizados como parte do custo desse ativo, quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Não foram capitalizadas quaisquer quantias no exercício relativas a custos com empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Quando aplicável, os saldos de empréstimos obtidos em aberto são os que se apresentam a seguir:

Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam na tabela seguinte:

LOCAÇÕES	31/dez/25		31/dez/24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	-	-	-	-

Em todos os contratos de locação financeira existe opção de compra e não existem restrições impostas.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/25		31/dez/24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

7 - Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a descriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/25	31/dez/24
Inventário inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	-	-
Compras	-	-
Reclassificação e regularização	-	-
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	-	-
Inventário final de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Imparidade acumulada de Merc., Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Sub-total:	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos de produção	-	-
Imparidade acumulada de produtos e at. biológicos de produção	-	-
Sub-total:	-	-
Total de inventários e de ativos biológicos:	-	-

Variação nos Inventários da Produção

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Variação nos Inventários da Produção períodos de 2025 e 2024:

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	31/dez/25	31/dez/24
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos	-	-
Total	-	-

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2025 e 2024

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	31/dez/25	31/dez/24
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-
Ativos biológicos (consumíveis)	-	-
Total	-	-

8 - Rendimentos e gastos

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito é reconhecido quando pode ser razoavelmente mensurável, e seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2025 e 2024:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31/dez/25	31/dez/24
Vendas de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	2 744 984	2 090 959
Total:	2 744 984	2 090 959

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	31/dez/25	31/dez/24
Nacional	-	(513)
União Europeia	2 644 003	2 069 615
Países Terceiros	100 981	21 857
Total:	2 744 984	2 090 959

Resultados Financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos “resultados financeiros” dos períodos de 2025 e 2024:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/25	31/dez/24
Juros e rendimentos similares obtidos	1 643	1 212
Juros obtidos	1 643	1 212
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	1 643	1 212

Outros rendimentos e ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2025 e 2024:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/25	31/dez/24
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	1 054	2 228
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos	1 748	-
Total	2 802	2 228

Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/25	31/dez/24
Subcontratos	2 302 035	1 642 835
Serviços especializados	5 702	2 790
Trabalhos especializados	5 248	2 594
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e segurança	-	-
Honorários	-	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	-	-
Outros	454	196
Materiais	-	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	-
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	-	-
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	-
Energia e fluidos	-	-
Eletricidade	-	-
Combustíveis	-	-
Água	-	-
Outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Deslocações e estadas	-	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	1 166	972
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	-	42
Seguros	1 016	851
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	150	80
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	-	-
Outros serviços	-	-
Total	2 308 902	1 646 598

Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2025 e 2024:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31/dez/25	31/dez/24
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Reversões	-	-
Total	-	-

Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/25	31/dez/24
Impostos	3 799	3 127
Descontos de pronto pagamento concedidos	0	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	13 086	267
Donativos	-	-
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	0	-
Outros gastos e perdas não especificados	8 933	25 366
Total	25 818	28 760

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O órgão de gestão informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2025 e 2024:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/25	31/dez/24
Subsídios do Estado e outros entes públicos	-	-
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	-	-

11 - Instrumentos financeiros

O instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Quando existem este tipo de ativos e passivos financeiros são mensurados, em cada data de relato ao custo.

Não foram registados ativos ou passivos financeiros no exercício.

12 - Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem, os benefícios a curto prazo, os benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo dos empregados, benefícios de cessação de empregos, e benefícios de remuneração em capital próprio.

Entre os benefícios de curto prazo estão os ordenados, salários e contribuições para a Segurança Social.

Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2025 e 2024:

GASTOS COM PESSOAL	31/dez/25	31/dez/24
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	(11 946)	(1 886)
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	(2 584)	(406)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	-	-
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	-	-
Total	(14 530)	(2 292)

REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO PESSOAL AREAS-CHAVE	31/dez/25	
	Órgãos	Supervisão
	Administração	Direção
Total de remunerações	1 886	
Total de benefícios a curto prazo		
Total benefícios pós-emprego		
Total de outros benefícios a longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Benefícios de remuneração em capital próprio		
Gastos de ação social		
Outros gastos com o pessoal		
Total	1 886	-
N. de Trabalhadores	1	

13 - Acontecimentos após a data do balanço

Não foram identificados acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos, nem a divulgação.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia 30 de Março de 2026 pela gerência.

Apenas a gerência tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

14 - Agricultura

Não aplicável.

15 - Contratos de construção

Não aplicável.

16 – Benefícios Fiscais

A sociedade beneficiou para o ano de 2025 de benefícios fiscais relativos à taxa reduzida de IRC para, totalizando uma poupança fiscal de 2.000,00 euros.

17 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2025, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A empresa foi alvo de auditoria relativa ao ano de 2025, que resultou no pagamento de honorários no montante de 3.690,00€ com IVA incluído.

18 - Outras divulgações

18.1 - Relacionamentos com empresas-mãe:

Nome da empresa-mãe: Abana Ltd

A empresa não tem participações de outras empresa, contudo tem participação maioritária (95%) da empresa Abana Ltd.

A Abana Ltd por sua vez tem participação não maioritaria (50%) na empresa KTBL- Performance Based Accounting Lda, embora não tenha participação activa na gestão da mesma.

18.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

A gestão da empresa é atualmente remunerada pela Adviser Platform.

18.3 - Transações entre partes relacionadas:

No período em análise, verificam-se com sociedades do Grupo a que pertence, as seguintes ocorrências, em euros:

ENTIDADE RELACIONADA	Transações		Saldos pendentes	
	Alienações	Aquisições	Devedor	Credor
Abana Ltd			266 798	
KTBL - Performance Based Accounting Lda			19 297	

Não existem ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes.

19 – Diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis

A empresa operou ao longo do exercício de 2025 em quatro moedas distintas: euros, libras esterlinas, dólares americanos e francos suíços, sendo que resultaram das operações do exercício os seguintes efeitos cambiais.

ENTIDADE RELACIONADA	Câmbio	
	Favorável	Desfavorável
USD	1	707
GBP	970	7 938
CHF	83	4

20 – Proposta de aplicação de resultados

Foi proposta a seguinte aplicação para o resultado líquido do exercício de 2025:

- a) Resultado líquido de 312 113,87 aplicado em resultados transitados, e posteriormente a distribuir à sócia Abana Ltd como pagamento de dividendos

21 - Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

- a) Políticas adotadas para reconhecimento das remunerações

Os réditos são reconhecidos de acordo com as normas em vigor, no exercício da atividade de mediação de seguros, sendo reconhecidos aquando do pagamento pelo tomador dos fundos relativos aos contratos de seguro

- b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Sobre o total de remunerações recebidas, no ano de 2025, foram somente recebidas em numerário, não existindo remunerações em espécie, sendo que tais remunerações são resultado de comissões sobre a mediação de seguros (comissão de prémios pagos pelos tomadores de seguros).

	2025
Comissões	2 744 984
Total	2 744 984

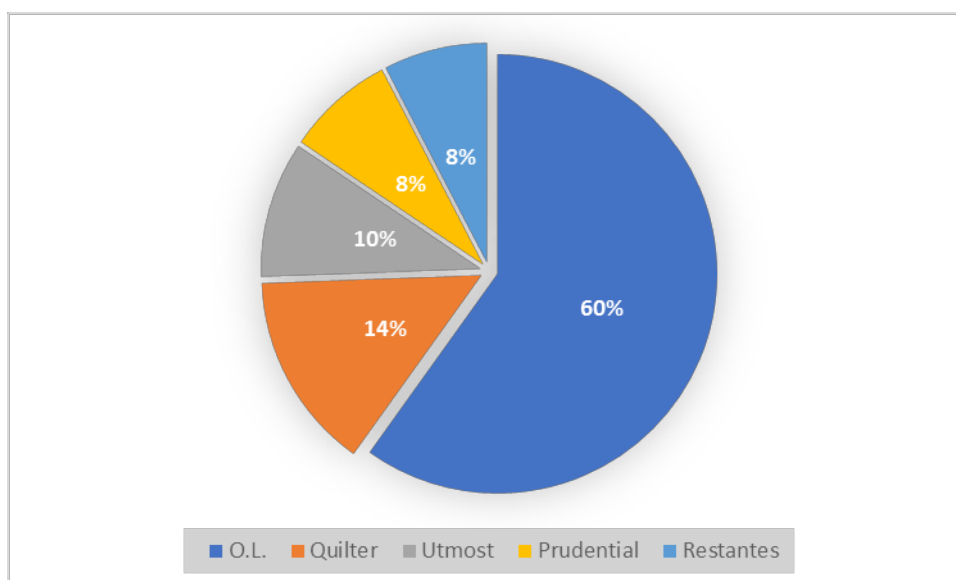
c) Total das remunerações recebidas desagregadas por ramo de seguro

Na desagregação das remunerações recebidas, nos termos da Norma Regulamentar, o resultado foi o seguinte:

	2023
Ramo Vida	2 744 844
Ramo Nao Vida	140
Total	2 744 984

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

O total de remunerações, iguais ou superiores a 25%, apenas se verificou relativamente às seguintes empresas de seguros:



e) Valores das contas de clientes

Não existem à data de 31 de Dezembro de 2025, valores depositados em contas de clientes.

f) Valores dos créditos a receber e dívidas a pagar

	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros) no caso da atividade de mediação de resseguros.		
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros) no caso da atividade de mediação de resseguros.		
Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro.		
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar.	1 249	119 348
Outras Quantias	266 798	131 398
	268 048	250 745

g) Desagregação dos créditos a receber e dívidas a pagar

Não aplicável

h) Ageing e classificação dos créditos a receber

Não aplicável

i) Descrição de obrigações contingentes

Não aplicável

j) Aquisição de carteiras de seguros

Não aplicável

k) Cessação de contratos com empresas de seguros

Não aplicável

j) Obrigações materiais e passivos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, não existem obrigações materiais

Nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de Dezembro, a Empresa, enquanto corretora de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação

j) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Empresa representam as quatro maiores em relação ao total das remunerações auferidas:

		2023
O.L. Company SA	60%	1 643 878
Quilter	15%	398 916
Utmost	10%	274 792
Novia Global	8%	218 047
Total		2 535 633

k) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome:

1) Não aplicável